

Sindicalismo e associativismo dos trabalhadores em educação no Brasil,
de Carlos Bauer, Cássio Diniz e Maria Inês Paulista

Jundiaí: Paco, 2013.

Vanessa Dantas

Mestranda em Educação na Universidade Nove de Julho (PPGE-Uninove);
Professora da Rede Estadual de Educação do Maranhão e Coordenadora Pedagógica da Rede Municipal
de Educação de São Luís, MA - Brasil
vanessappge@uninove.edu.br

**Sindicalismo e associativismo dos trabalhadores em
educação no Brasil**

Ampliar e instigar a produção do conhecimento crítico da historicidade e das relações políticas, associativas e sindicais dos trabalhadores em educação no Brasil contemporâneo, além de divulgar as pesquisas sobre tais processos, é a finalidade principal dessa obra.

O livro é uma compilação de nove artigos produzidos por 12 pesquisadores de várias partes do país, que, em sua maioria, surgiram das discussões realizadas no encontro promovido pela *Rede de Pesquisadores Sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação (Rede ASTE)*, na Universidade Nove de Julho de São Paulo – Uninove/SP –, com a finalidade de organizar seu IV Seminário Internacional, ancorado nos eixos da promoção do espaço reflexivo sobre dilemas e perspectivas do associativismo e sindicalismo em educação na contemporaneidade, da consolidação da pesquisa sobre o associativismo e sindicalismo em educação e do sindicalismo dos trabalhadores em educação na voz de seus protagonistas.

O capítulo I, intitulado *O Sindicato na Sociedade Capitalista e a Exterioridade do Sindicalismo e Associativismo dos Trabalhadores em Educação no Brasil*, escrito pelos organizadores do livro, está dividido basicamente em três aspectos: o primeiro traz uma abordagem temporal e histórica, evolutiva, abordando características da sociedade capitalista brasileira, com ênfase na estrutura sindical, seu percurso e articulação nos diferentes momentos históricos, evidenciando a luta travada em prol da

efetivação das reivindicações da classe trabalhadora e suas derrotas e conquistas; permite-nos, ainda, uma reflexão acerca do professor enquanto trabalhador em educação e de seu papel social no modo de produção capitalista, finalizando com um breve histórico da organização sindical dos trabalhadores em educação no Brasil.

Inclinados pela história, Carlos Bauer, Cássio Diniz e Inês Paulista iniciam o debate a partir do conceito de sindicato, entendendo-o como um movimento organizado pela classe operária que surgiu durante a Revolução Industrial, com o objetivo de proteger o operário da opressão e do descaso da burguesia. Fundamentados em Engels (1881), lembram a proibição por lei da organização de trabalhadores na Inglaterra, o que perdurou até 1824, quando esses agrupamentos passaram a ser legitimados.

Os autores ratificam que, como organização de caráter proletário, em seu início, o sindicato tinha uma atuação forte nas negociações de salários; no entanto, a luta entre a classe burguesa e a classe operária acarretou, posteriormente, questões para além da esfera econômica. O que para Engels (1881) toda luta de classes tem um fim imediato, a conquista do poder político e, na luta política de classe contra classe, a organização é a arma mais importante, e acrescenta que grandes sindicatos representam um poder que todo governo de classe dirigente, seja liberal ou conservador, não pode ignorar. Deste modo, este possui um potencial que deve extrapolar este embate e ampliar suas atividades para a luta política na busca da verdadeira emancipação da classe operária.

O capítulo apresenta um recorte extremamente significativo sobre a sociedade capitalista e a estrutura sindical brasileira, o que também pode ser visto no capítulo 5, escrito por Arminda Rachel Botelho Mourão: *Movimento Sindical e Suas Perspectivas Para o Século XXI*. Entretanto, a autora parte da análise conceitual acerca dos movimentos sociais sob a ótica de diversos autores consolidados na pesquisa dessa temática e apoia-se no marxismo a fim de justificar que os movimentos organizativos da classe operária são causados não somente com a finalidade de melhorar as condições de vida e trabalho, mas sobretudo, e primordialmente, de promover transformação do modo de produção. E finaliza revelando que a nova visão do movimento sindical não tem valorizado a discussão da opressão em sua origem, antes trazem em seu bojo um enorme peso político-ideológico,

o que nos impede de vislumbrar os possíveis avanços e/ou retrocessos do movimento sindical neste século.

Essa reflexão nos remete ao capítulo 6, escrito por Miguel Russo e Héliida Lança: *A Função do Jornal na (In)Formação da Base Sindical: O Caso da UDEMO*. Com o objetivo de identificar a orientação político-ideológica do Sindicato dos Especialistas de Educação do Magistério Oficial de São Paulo (Udemo), os autores fazem um diagnóstico do principal meio de divulgação e aproximação da base de trabalhadores, o jornal *O Diretor*. E demonstra quão importante é para os educadores uma sólida formação política que fundamente sua atuação como formador de indivíduos que irão se inserir na sociedade, tendo a educação recebida como fator determinante para a formação de um sujeito alienado ou cidadão pleno.

Diniz e Bauer apresentam o texto do capítulo 8 – *Da Insatisfação à Criação UTE-MG: Quando os Sujeitos Despertam a Sua (Possível) Consciência* –, com o objetivo de analisar a história do movimento sindical docente e a história social do trabalhador em educação em Minas Gerais, mais precisamente no histórico ano de 1979, quando houve um despertar aguerrido do movimento grevista dos professores. Nele, os autores ratificam que os frutos gerados foram para além dos ganhos econômicos, com a ampliação da consciência política da categoria e a constituição de uma nova entidade sindical, nos padrões do sindicalismo combativo e crítico dos arquétipos burocratizados visíveis e atribuído pelo Ministério do Trabalho, modelo este estampado pela Associação das Professoras Primárias de Minas Gerais (APPMG), tendo, com isso, os trabalhadores em educação de Minas Gerais duas principais barreiras a serem ultrapassadas: a opressão do Estado e a construção de sua própria organização representativa.

Na perspectiva de valorizar o discurso dos principais atores do movimento, como ocorreu em Minas Gerais, o capítulo 3, escrito por Márcia Ondina Vieira Ferreira, intitulado *O Associativismo e o Sindicalismo de Trabalhadores em Educação na Voz dos Seus Protagonistas – reflexões desde a ótica de uma pesquisadora*, abarca três aspectos: o grande volume de produções nesse campo; as “análises globais” sobre o Brasil, pesquisas que pretendem reconstituir a gênese do professorado e de suas formas de organização, mas sem ignorar o ponto de vista cronológico e geográfico; e as temáticas emergidas da observação do movimento sindical, que se repetem

em organizações de diferentes níveis, modalidades, redes de ensino e categorias de trabalhadores em educação e que, igualmente, devem ser objeto de estudo.

Miguel Russo e Héli da Lança (capítulo 6) fazem ainda uma discussão muito pertinente, ao problematizar a causa da fragmentação pela existência de sindicatos que representam partes distintas da categoria dos trabalhadores da escola pública, e afirmam que a mesma é oriunda da organização burocrática da rede escolar que valoriza a hierarquia. Além disso, segundo os mesmos, há uma inquietação de que a ideologia do pensamento meritocrático seja absorvida pelos sindicatos em seus projetos e organização. Uma preocupação existente, igualmente, no capítulo 2 – *Categoria Profissional e Base Municipal Nas Raízes da Fragmentação Sindical* –, do professor Sadi Dal Rosso, que, ao aderir ao conceito de Boito Júnior (1991, p. 12-13), aponta o *Sindicalismo de Estado* como responsável pelas consequências negativas, o que mais tarde leva Radermacher e Melleiro (2007, Quadro 1) a questionar a “pulverização e fragmentação”, haja vista a existência de milhares de sindicatos frágeis, com um pequeno número de trabalhadores na base, pouco representativos e com pouco poder de pressão e negociação.

Sadi Dal Rosso aponta duas vertentes desse processo: a concepção de sindicato por categoria profissional e a base territorial municipal, e resgata o papel histórico sujeito à crítica, bem como os discursos da Consolidação das Leis do Trabalho e da Constituição de 1988, além de levantamentos organizados em tabelas que fundamentam o debate ao longo do texto.

Um ensaio, o capítulo 4 – *O Debate das Ideias ou a Carcaça da História* –, de Celso Carvalho, talvez seja um dos textos de maior complexidade, uma vez que o mesmo exige certa erudição do leitor. O autor, ao criticar a teoria social contemporânea, aponta que essa deve ser uma preocupação das políticas educacionais e justifica afirmando que, “*se educar implica a construção de sentidos, a educação está presente até a medula nesse debate*” (p. 102), isso porque a *irracionalidade pós-moderna* tem promovido um tempo concebido como *síntese da miséria da razão*. Portanto, é possível observar tal questionamento como significativo para o enfrentamento contra as forças do capital que realizamos via movimento sindical docente.

Outro estudo interessante, realizado por Wagner Tauscheck, se encontra no capítulo 7 – *O Jornal 30 de Agosto na Construção da Memória*

Sindical dos Professores do Estado do Paraná: 30 de agosto de 1988, um Ato no Contexto de Reorganização e Mobilização Docente. O objeto principal desse trabalho é o periódico sindical, onde o autor busca analisar as diversas formas como, em diferentes edições, ao longo de vinte anos, a história do dia 30 de agosto de 1988 é descrita. E sustenta que, a cada momento, as construções, na forma como se expressam, demonstram claramente as disputas ou atos de mobilização na reorganização dessa memória.

No fechamento da obra é possível compreender a visão de Carlos Bauer, Suelen Pontes e Emerson Feliciano Mathias sobre o *Sindicalismo Docente Universitário na América Latina – história e embates políticos na contemporaneidade (1990-2010)*. Ao problematizar a ausência de pesquisas e/ou publicações sobre a história social e crítica do sindicalismo universitário latino-americano, os autores se propõem a adentrar nesse campo com a função de contribuir com a construção de um conhecimento imbricado pela evidência das lutas, questionamentos dos sindicalistas universitários, na perspectiva de promover reflexões que possibilitem compreender a tendência das suas decisões, bem como seus propósitos igualitários.

Ao analisar a coletânea é possível concluir quão valiosas são as contribuições que os textos, embora escritos e fundamentados em diversos autores, podem trazer àqueles que se interessam pela história social dos trabalhadores em educação. Os artigos se aperfeiçoam um ao outro e articulam-se à temática recomendada: *Sindicalismo e Associativismo dos Trabalhadores em Educação no Brasil*. O que há de comum entre os autores fica evidente tanto na subjetividade expressa nas entrelinhas para a relevância do estudo sistematizado dessa temática quanto na objetividade do legado existente no processo histórico dos fenômenos sociais permeado de lutas políticas e mobilizações nas últimas décadas. Deste modo, é possível afirmar que o livro oferece subsídios para uma construção reflexiva da história, sobretudo a contribuição teórica para novas pesquisas em torno dos movimentos sociais dos trabalhadores em educação, oferecendo ao leitor, mesmo iniciante, uma leitura provocadora e de compreensão acessível.